

# **ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À EXTREMA POBREZA EM CURITIBA SOB A PERSPECTIVA DOS GESTORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: um olhar sobre a Ação Brasil Carinhoso**

Maria Derli de Oliveira Morais\*

Rosely Bittencourt\*\*

## **RESUMO**

*Este artigo tem como objetivo desvelar a visão dos gestores da Política de Transferência de Renda do Programa Bolsa Família no âmbito municipal acerca das estratégias de enfrentamento à extrema pobreza dos beneficiários do Brasil Carinhoso de Curitiba. Para tanto, utilizou-se o método explicativo, no qual foram aplicadas as abordagens quantitativa e qualitativa. Visando explorar a temática, foram coletadas informações do Cadastro Único dos beneficiários da Ação do Brasil Carinhoso para caracterizar o perfil socioeconômico das famílias atendidas no CRAS/Pompeia, município de Curitiba, e utilizados os dados do Diagnóstico Social elaborado pela DIGB – FAS (Fundação de Ação Social), para demonstrar o perfil socioeconômico das famílias atendidas na Regional Pinheirinho, deste município. Os resultados apontados na pesquisa revelam que a Ação do Brasil Carinhoso trouxe não só o aumento da renda per capita das famílias atendidas, mas também a garantia dos direitos sociais fundamentais, como saúde e educação. Foi observado que os gestores de Curitiba que atuam nesse programa entendem que o Brasil Carinhoso será o primeiro passo rumo à emancipação dessas famílias somente se forem integradas as demais políticas públicas*

99

---

\* Assistente social, pós-graduanda em Gestão Social: Abordagem Técnico-Operativa do Trabalho Social, pela Itecne de Curitiba. Educadora Social pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

\*\* Assistente social, pós-graduada em Administração Pública e Metodologia da Educação Superior, Mestre e Doutora em Educação.

*nesse processo. Dessa forma, pode-se afirmar que o programa vem atendendo ao que foi proposto, em especial no tocante à superação da extrema pobreza, porém percebe-se que há muitos desafios a serem enfrentados, como a inserção dessas famílias nos demais serviços da Política da Assistência Social.*

**Palavras-Chave:** *Ação Brasil Carinho. Programa Bolsa Família. Enfrentamento à extrema pobreza.*

## **ESTRATEGIAS DE ENFRENTAMIENTO A LA EXTREMA POBREZA EN CURITIBA BAJO LA PERSPECTIVA DE LOS GESTORES DE LA ASISTENCIA SOCIAL: una mirada sobre la Acción Brasil Cariñoso**

### **RESUMEN**

*Este artículo tiene como objetivo desvelar la visión de los gestores de la Política de Transferencia de Renta del Programa Bolsa Familia en el ámbito municipal acerca de las estrategias de enfrentamiento a la extrema pobreza de los beneficiarios del Brasil Cariñoso de Curitiba. Para eso, se utilizó el método explicativo, en el cual se aplicaron los abordajes cuantitativos y cualitativos. Objetivando explorar la temática, se recogieron informaciones del Cadastro Único de los beneficiarios de la Acción del Brasil Cariñoso para caracterizar el perfil socioeconómico de las familias atendidas en el CRAS/Pompeia, municipio de Curitiba, y utilizados los datos del Diagnóstico Social elaborado por la DIGB – FAS (Fundación de Acción Social), para demostrar el perfil socioeconómico de las familias atendidas en la Regional Pinheirinho, de este municipio. Los resultados apuntados en la pesquisa revelan que la Acción del Brasil Cariñoso trajo no sólo el aumento de la renta per capita de las familias atendidas, sino también la garantía de los derechos sociales fundamentales, como salud y educación. Se observó que los gestores de Curitiba, que actúan en ese programa, entienden que el Brasil Cariñoso será el*

*primer paso rumbo a la emancipación de esas familias solamente si fueren integradas las demás políticas públicas en ese proceso. De esa forma, se puede afirmar que el programa viene atendiendo a lo que fue propuesto, en especial con respecto a la superación de la extrema pobreza, sin embargo se percibe que hay muchos desafíos para encarar, como la inserción de esas familias en los demás servicios de la Política de Asistencia Social.*

**Palabras-clave:** *Acción del Brasil Cariñoso. Programa Bolsa Família. Enfrentamiento a la pobreza extrema.*

**STRATEGIES TO FACE EXTREME POVERTY IN CURITIBA/  
BRAZIL UNDER THE PERSPECTIVE OF SOCIAL SERVICES  
ADMINISTRATORS: a view on Ação Brasil Carinhoso  
Program**

**ABSTRACT**

*This paper aims at disclosing administrators' vision on Brazilian income transfer policies program, called Bolsa Família, at municipal level, and on extreme poverty dealing strategies for Brasil Carinhoso de Curitiba's recipients. We have applied the dialectical method and the quantitative and qualitative approaches. For the sake of exploring the theme, information about the unique registration form of Ação do Brasil Carinhoso's recipients were gathered in order to characterize the socioeconomic status of the assisted families from CRAS Pompeia, in Curitiba region, and data from the social diagnostic elaborated by DIGB - FAS (Social Action Foundation) were used to show the socioeconomic profile of the assisted families in Pinheirinho Regional, in Curitiba. The survey results show that Ação do Brasil Carinhoso program has brought an increase in the families' per capita income and also the guarantee of their basic social rights as health and education. It was observed that the administrators of this Curitiba's program understand that Brasil Carinhoso will be the*

101

*first step to these families autonomy only if it was integrated to other public policies. So it can be said that this program is answering to its purpose especially concerning defeating extreme poverty, however there are many challenges to face as the inclusion of these families in the other social assistance policies.*

**Keywords:** *Ação Brasil Carinhoso (Social Welfare Program).  
Programa Bolsa Família (Social Welfare Program).  
Facing extremy poverty.*

## **1 INTRODUÇÃO**

No Brasil, cerca de 16,27 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza; segundo estudo feito pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), 8,5% da população brasileira estava em situação de extrema pobreza de acordo com o Censo 2010. Considerando a riqueza do país, este é um número assustador. Entretanto, uma das facetas mais cruéis da miséria é que a sua maior incidência está entre as famílias com crianças e adolescentes de até 15 anos.

Com a finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) foi instituído pelo Decreto nº 7.492, de 02/06/2011. O Plano destina-se exclusivamente ao atendimento à população em situação de extrema pobreza, considerando extrema pobreza aquela população com renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais).

Para o alcance dos objetivos deste plano de elevar a renda familiar per capita da população em situação de extrema pobreza e ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos, o Brasil Sem Miséria lançou a Ação Brasil Carinhoso (ABC).

É bem verdade que os programas de transferências de renda já vêm sendo utilizados em diversos países da Europa e nos EUA desde 1930. Na América Latina, esse tipo de programa social, focalizado em famílias pobres e extremamente pobres, disseminou-se a partir da década de 90, em países como México, Argentina, Chile, Costa Rica, Uruguai e Brasil (SILVA, 2010).

Apesar da divergência de opiniões sobre os programas de transferência de renda, com sua expansão como possibilidade para o enfrentamento do desemprego e da pobreza estrutural, cresce também o debate acerca dos seus objetivos, alcance, cobertura, efeitos e resultados (SILVA, 2010).

Entretanto, para a pesquisadora Maria Ozanira<sup>1</sup>, no Brasil, por um longo período, o campo das avaliações das políticas sociais ficou esquecido, prevalecendo um histórico de avaliações restritas e desenvolvido como mero controle de gastos (SILVA, 2001), cuja carência de estudos sistemáticos prejudicou a apreensão de conhecimento que venha a corroborar ou infirmar a efetividade de tais intervenções, principalmente no campo da assistência social (SILVA, 2010).

A partir de sua constituição em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vem desenvolvendo políticas e programas visando à redução da fome e da pobreza e à promoção dos direitos sociais, juntamente com a adoção de um modelo de gestão que estruturou a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), responsável por implementar o sistema de avaliação e monitoramento dos programas sociais (BRASIL, 2007).

---

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social e Coordenadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP), em que vem desenvolvendo pesquisas sobre políticas sociais, em destaque a Política de Assistência Social e os programas de Transferência de Renda, assim como estudos no campo da avaliação de políticas e programas sociais. (SILVA, 2010 p.5).

Cada vez mais, passou-se a dar atenções especiais às pesquisas e avaliações das políticas sociais como forte ferramenta de gestão nos três entes federados.

No final de 2012, com a criação da ação estratégia de enfrentamento à extrema pobreza no Brasil, o Brasil Carinhoso, integrado às políticas de combate à fome e à pobreza, especificamente o Programa Bolsa Família, somado ao contexto político contemporâneo de transição, devido à eleição para prefeito, trouxe à tona o tema entre os planos de governo, envolvendo novas avaliações dos impactos orçamentários das prefeituras e realização de diagnósticos sociais sobre a realidade de cada município.

Diante da emergente necessidade de avaliação das políticas sociais e visando contribuir nas reflexões sobre a temática das políticas de transferência de renda como estratégia de enfrentamento à extrema pobreza, algumas perguntas são pertinentes neste processo. Qual é a visão dos gestores responsáveis pela Política de Transferência de Renda no município de Curitiba acerca das estratégias de enfrentamento à extrema pobreza? Como se apresentam atualmente os beneficiários do Brasil Carinhoso?

A proposta de pesquisa<sup>2</sup> teve como objetivo geral “desvelar a visão dos gestores da Política de Transferência de Renda do Programa Bolsa Família no âmbito municipal acerca das estratégias de enfrentamento à extrema pobreza dos beneficiários do Brasil Carinhoso de Curitiba”.

Entendemos que a pesquisa contribuiu para novas reflexões sobre a temática, que se baseou no método explicativo e que utilizou da abordagem quantitativa e qualitativa. Informações coletadas do banco de dados do Governo Federal – Cadastro Único - foram utilizadas para compor a apresentação do perfil da população usuária

---

2 Trabalho apresentado para conclusão do curso de Pós-graduação em Gestão Social: Abordagem Técnico-Operativa do Trabalho Social, Itecne de Curitiba, 2014.

do CRAS/Pompeia (Centro de Referência de Assistência Social), que acessa o benefício do Brasil Carinhoso junto com os demais valores do Programa Bolsa Família. Para a caracterização da população-alvo da Política da Assistência Social em Curitiba e na Regional Pinheirinho, utilizamos também, como base, o Diagnóstico Social (FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL, 2013), realizado pela Superintendência de Planejamento/Assessoria da Vigilância Socioassistencial, em abril de 2013.

Para esta abordagem qualitativa, recorreremos, como instrumento de coleta, a dados de entrevista semiestruturada com os gestores municipais, escolhidos como sujeitos significantes, que atuam em três níveis hierárquicos diferentes na gestão do Programa Bolsa Família em Curitiba (Diretoria de Informação e Gestão de Benefícios – *Gestor A*; Supervisor da Fundação de Ação Social de Núcleo Regional – *Gestor B* e um Coordenador de CRAS – *Gestor C*).

## **2 PANORAMA GERAL SOBRE OS PROGRAMAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

As primeiras discussões sobre a renda mínima nasceram por pensadores liberais em meados do século XVIII, inicialmente denominada como *dividendo universal* por Thomas Paine, parlamentar e economista inglês, visando garantir uma renda mínima que seria destinada aos pobres e estender para a economia a igualdade da democracia política (MENTHON, 2008). O primeiro programa oficial de transferência de renda que se tem notícia é de 1908 e foi instituído pelo governo britânico.

Os programas de transferência de renda condicionada mais contemporâneos começaram a ganhar força em 1997. Dez anos depois, quase toda a América Latina já possuía programas semelhantes, destacando-se o *Programa Oportunidades* no México; *Programa Familias en Acción* na Colômbia; *Mi Familia Progres* na

Guatemala; *Tekoporã* no Paraguai; *Juntos* no Peru; *Chile Solidário* no Chile. Também existe na Turquia, Camboja, Paquistão, sul da Ásia, Nova York (EUA), Egito, Indonésia, África do Sul e Gana. (BRASIL, 2010).

No Brasil, o primeiro projeto de Lei PGRM foi de autoria do então senador Eduardo Suplicy, entretanto não foi votado para implantação. A partir de 1995, foram criadas as primeiras políticas de transferência de renda nos municípios brasileiros de Santos, Belo Horizonte, Ribeirão Preto, Campinas e no Distrito Federal (SILVA; YAZBEK, 2004).

Somente em 1998, a Lei nº 10.219 de 11 de abril de 2001, instituiu nacionalmente o programa Bolsa Escola, tornando-o referência nacional e internacional como política pública social da gestão do governo federal. A partir de então, outros programas foram nascendo, como o Programa Bolsa Alimentação em 2001, o Auxílio Gás em 2002; e, em 2003, o Cartão Alimentação (BRASIL, 2010).

Após a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os investimentos em políticas de proteção, assistência e desenvolvimento social tiveram um aumento significativo, dando suporte aos programas e ações de transferência de renda, segurança alimentar e nutricional, assistência social e inclusão produtiva, o que significou uma expansão substantiva da cobertura de serviços e rede de proteção social (BRASIL, 2010).

O Programa Bolsa Família, criado por meio da Medida Provisória nº 163, de 20 de outubro de 2003, no governo Lula, veio a integrar e unificar O *Fome Zero*<sup>3</sup> aos demais programas sociais existentes na época,

---

3 O FOME ZERO é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos, diz respeito ao valor monetário de R\$70,00 também conhecido como variável básico. (BRASIL, 2012).

visando gerenciar os procedimentos de gestão e execução das ações de transferências de renda do país. Atualmente, o Programa Bolsa Família é o principal programa de transferência de renda existente no Brasil. Sua estrutura está fundamentada no desenvolvimento das famílias, na promoção do alívio imediato da pobreza, no reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação e na articulação com programas complementares, dando condições para a superação das vulnerabilidades e pobreza das famílias.

O Programa Bolsa Família do Governo Federal é uma política social de transferência de renda condicionada e tem por objetivo remediar a pobreza, possibilitar aos cidadãos que façam três refeições diárias, reforçar os direitos à saúde e educação e promover a oferta de programas complementares, possibilitando a superação das vulnerabilidades sofridas pelas famílias pobres e extremamente pobres (BRASIL, 2010).

Nas 5.565 cidades brasileiras, é difícil encontrar pessoas que desconheçam totalmente o Programa Bolsa Família. Segundo o MDS, em 2009 este programa atendeu 12,3 milhões de famílias, repassando um total de R\$ 12,4 bilhões aos seus beneficiários, cerca de 0,4% do Produto Interno Bruto (BRASIL, 2010), alcançando a meta de atender mais de 13 milhões famílias em 2013. O Programa Bolsa Família é destinado à família com renda per capita mensal menor ou igual a R\$ 140,00, em situação de pobreza ou extrema pobreza. A seleção do público-alvo é feita exclusivamente pelo Cadastro Único, um banco de dados criado para identificar todas as famílias de baixa renda no território brasileiro.

A renda *per capita* mensal é critério principal de seleção e fator condicionante para diferenciar o valor do benefício. Os valores pagos pelo Programa Bolsa Família variam de acordo com a renda, com o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, entre

outros determinantes. Os benefícios são acumulativos, sendo eles quatro tipos: o básico, o benefício variável, o variável vinculado ao adolescente (BVJ), o variável gestante (BVG) e o variável nutriz (BVN) e o Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP). Segundo o site oficial do Ministério do Desenvolvimento Social:

[...] o Benefício para a Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância - BSP, que é concedido às famílias com crianças de zero a seis anos, que mesmo recebendo os benefícios financeiros do Programa Bolsa Família continuam em situação de pobreza extrema (renda *per capita* mensal de até R\$ 70,00). O valor do benefício correspondente ao necessário para que a família supere os R\$ 70,00 mensais por pessoa (BRASIL, 2013).

O benefício do Brasil Carinhoso atende famílias com pelo menos um filho de até 15 anos que, mesmo recebendo o Programa Bolsa Família, permanecem com a renda mensal inferior a R\$ 70 por pessoa. O novo benefício complementa a renda da família de modo que todos os seus membros superem esse patamar.

Atendendo à parcela mais vulnerável e em fase crucial do desenvolvimento físico e intelectual, que são as crianças de zero a seis anos, o Brasil Carinhoso foi criado numa perspectiva de atenção integral por meio de articulação às políticas ligadas à assistência social, à saúde e à educação. Para tal, a ação envolve, além do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Educação (MEC).

A Ação Brasil Carinhoso cria um complemento financeiro que é somado ao benefício do Programa Bolsa Família, que garante que todos os beneficiários tenham uma renda mensal de, pelo menos, R\$ 72, superando a situação da extrema pobreza. Na área da saúde, sua ação expandiu a distribuição de doses de vitamina A para crianças

entre 06 meses e 5 anos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e, em campanhas de vacinação, também aumentou a oferta de sulfato ferroso na Rede de Atenção Básica de Saúde e a distribuição gratuita, nas unidades do "Aqui Tem Farmácia Popular", de medicamentos para asma (BRASIL, 2014).

Na área da educação, a Ação Brasil Carinhoso dá estímulos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para que os serviços de educação infantil cheguem à população mais pobre. Além de incentivar o aumento da quantidade de vagas para as crianças de 0 a 48 meses nas creches públicas ou conveniadas com o poder público, o MEC antecipa os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para as vagas em novas turmas de educação infantil abertas.

Este benefício começou a ser pago em junho de 2012 e, de lá pra cá, já atende cerca de 8,1 milhões de crianças e adolescentes de até 15 anos que já saíram da miséria, e com eles seus pais e irmãos, totalizando 16,4 milhões de brasileiros (BRASIL, 2013). O benefício da Ação Brasil Carinhoso, também denominado Benefício de Superação da Pobreza (BSP), é pago até o mês de dezembro do ano em que o adolescente mais novo da família completar 16 anos.

O Programa Bolsa Família ainda conta com ações complementares, como o acesso ao microcrédito para beneficiários, qualificação profissional, isenção de inscrição em concurso público federal e acesso a outros programas e projetos municipais.

Para a sociedade, as opiniões e discussões acerca dessas políticas de transferência de renda são moldadas com base na comunicação de massa, fonte de informação que lhes são acessáveis, com todas as limitações, superficialidades e reducionismos (CASTRO et al., 2009). É comumente classificado como esmola ou assistencialismo, o que traz acomodação em relação ao trabalho. Além disso, críticas

relacionadas ao uso, como marketing político, incentivo indireto à natalidade, as divulgações de casos de recebimento indevido e as inclusões fraudulentas contribuem para formação de opinião dos brasileiros.

As políticas sociais, inclusive as de transferência de renda, para os marxistas, são a tentativa do Estado de qualificar permanentemente a mão de obra para o mercado, e manter no controle a parcela da população excluída do processo produtivo, destinando a eles os mínimos sociais. Para os liberalistas, são ações do Estado com o objetivo de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista, considerados entraves ao desenvolvimento e responsáveis pelas crises sociais. (CASTRO et al., 2009).

Na verdade, o Programa Bolsa Família é uma mescla de duas correntes nada assistencialista: a desenvolvimentista e a liberal. Tendo as duas linhas como mola propulsora, o programa não só atende aos alívios da pobreza de forma imediata, com repasse da verba, mas também permite que a família adquira potencial para sair da situação de vulnerabilidade, investindo em capital humano, para que tenham mais oportunidades profissionais no futuro, ou seja, atuar na manutenção do exército de mão de obra para o sistema capitalista.

Milton Friedman, um dos principais expoentes do liberalismo econômico, denomina o Programa Bolsa Família como *imposto de renda negativo*, visto como mecanismo que menos distorce o mercado e alcança os melhores resultados para reduzir as diferenças sociais (FRIEDMAN, 1985).

A corrente desenvolvimentista também defende um papel proativo do Estado na promoção à saúde e à educação, defendendo políticas sociais universais, abarcando o maior conjunto de pessoas que possam ser atendidas com melhor e maior oferta desses serviços

básicos, impulsionando investimentos para ampliação e acesso a essas políticas, principais responsáveis pelo desenvolvimento de uma nação.

Contentando liberais e desenvolvimentistas, o Programa Bolsa Família não apenas cumpre com o seu objetivo principal, que é de permitir que os mais pobres possam se alimentar, mas também estimula a economia e fortalece o mercado interno. O benefício repassado pelo Programa Bolsa Família permitiu que os mais pobres crescessem sete vezes mais do que os mais ricos e quase três vezes mais do que a média nacional; segundo análise da pesquisa mensal de emprego, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (2001-2007), a renda per capita dos 10% mais pobres no Brasil cresceu 7% ao ano, numa velocidade sete vezes maior do que a renda dos 10% mais ricos, que cresceu 1,1 (BRASIL, 2010).

Para Sussumo Honda, presidente da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), é de grande importância o Programa Bolsa Família para o setor de mercados, pois o consumo cresceu muito no norte e nordeste. O impacto do programa na economia aumentou o poder de compra das famílias desta região, chegando a registrar um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) acima da média nacional no triênio de 2003-2006. De 2006 a 2008, o setor de supermercados cresceu 74,7% e esse aumento foi atribuído ao Programa Bolsa Família (BRASIL, 2010).

Para Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o dinheiro no bolso dos mais pobres pode ser traduzido em aquecimento econômico, fazendo com que o mercado interno funcione de acordo com o poder de compra da população. Justifica-se esse aquecimento na economia devido à falta do hábito de guardar dinheiro, e mais dinheiro para essa classe é o mesmo que injetar capital na economia local (BRASIL, 2010). Isto

reflete no aumento da arrecadação dos estados e municípios, pois, a cada R\$ 10,00 transferidos para a população pobre, R\$ 3,00 voltam na forma de pagamento de impostos (BRASIL, 2010, p. 13).

Para o MDS, a queda da desigualdade no Brasil deve-se à forte presença do poder público no desenvolvimento de políticas sociais e à formação de uma rede de proteção e promoção social, na qual o Programa Bolsa Família é o eixo articulador. Estudos recentes (ROCHA, 2004; SOARES, 2006; FERREIRA; LEITE; LITCHFIELD, 2006 apud RESENDE; OLIVEIRA, 2008) evidenciam os efeitos potenciais dos programas de transferência sobre a redução das desigualdades e da pobreza no país, destacando a importância deste tipo de política.

Para outros economistas, o programa não é a solução para todos os males da pobreza. Contudo, a questão principal não é apenas reduzir a desigualdade, mas encontrar meios para essas famílias saírem do programa, podendo se autossustentar, encontrar mecanismos para que adquiram a emancipação do programa. Autonomia para inclusão social, este é um ponto-chave que precisa ser revisto e redefinido no programa. Observa-se que algumas famílias estão no programa desde a sua implantação, outras só param de receber o benefício quando seus filhos completam a idade limite. Com certeza, este não é o objetivo do programa, formar dependentes, e sim garantir uma vida digna.

De acordo com Robert Castel (apud WANDERLEY; BÓGUS; YAZBEK, 2000), o trabalho ainda é fator primordial constitutivo das identidades. O autor destaca os perigos de amplas políticas voltadas para a distribuição de renda, que podem gerar uma sociedade "dual", composta por pessoas que vivem exclusivamente do recebimento dessas políticas e por indivíduos que produzem riquezas e vivem do trabalho. Alguns autores destacam a importância da elaboração de políticas macroeconômicas mais justas, que visem ao crescimento

econômico, ao fomento à agricultura, construção civil, fortalecimento da infraestrutura, entre outros, de forma a gerar empregos de qualidade, além de renda para a população (POCHMANN, 2001).

Embora existam autores que defendam programas redistributivos como forma de resgatar a cidadania dos excluídos do mercado de trabalho (SUPLICY, 1988; SPOSATI, 1997; VAN PARIJS, 1996), outros apontam para os possíveis efeitos negativos do programa, a dependência econômica. É um desafio contemporâneo encontrar soluções para que essas famílias alcancem a autonomia e encontrem a porta de saída do Programa Bolsa Família.

Caso não se tenha foco nos objetivos a que se propõe esta política, dentre este a emancipação e autonomia dos beneficiários, poderíamos assumir uma perspectiva neoliberal/conservadora de focalização cujo objetivo é tão somente atenuar a pobreza. Quando há a desresponsabilização do Estado, centrando-se em programas sociais compensatórios, emergenciais, assistencialistas, insuficientes, descontínuos, direcionados para populações que vivem em situação de extrema pobreza.

113

### **3 RESULTADO DA PESQUISA**

A presente pesquisa propôs, como objetivo específico, “demonstrar o perfil socioeconômico das famílias atendidas da Regional Pinheirinho, município de Curitiba”, para isso, teve como base documental o Diagnóstico Social da Regional Pinheirinho (FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL, 2013), realizado no mês de abril de 2013 pela equipe da Superintendência de Planejamento Assessoria da Vigilância Socioassistencial, da Fundação de Ação Social (FAS) de Curitiba.

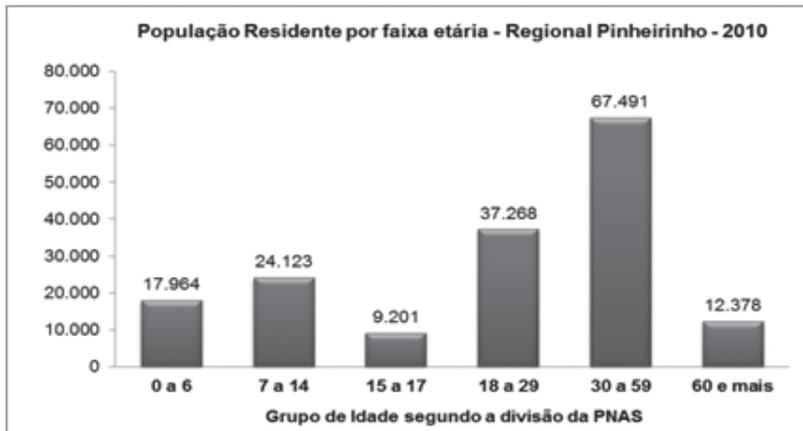
A partir do Decreto nº 41 de 1986, foram criados nove centros secundários em Curitiba, também conhecidos como administrações regionais. Compondo esse grupo de divisões territoriais

administrativos, a Regional Pinheirinho abrange os Bairros do Capão Raso, Campo de Santana, Caximba, Pinheirinho e Tatuquara.

Aproximadamente 9,61% da população de Curitiba é residente no território dessa grande regional, totalizando 168.425 pessoas, segundo censo do IBGE - Censo Demográfico 2010. Desse total, 51,03% são mulheres e 48,97% são homens.

A Regional Pinheirinho possui uma população de 51.288 em idade escolar, ou seja, na faixa etária de 0 a 17 anos, de 18 a 59 anos são 104.759 e 12.378 com idade igual ou superior a 60 anos.

### **Gráfico 1 – População residente por faixa etária – Regional Pinheirinho - 2010**



**Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/ IPPUC. Censo Demográfico 2010.**

O diagnóstico social da regional Pinheirinho também apresenta que 88,23% da população da Regional Pinheirinho é alfabetizada.

Dentre os aspectos econômicos da região, conforme a Agência Curitiba de Desenvolvimento S.A, a administração Regional Pinheirinho ocupava a 7ª colocação no ranking de quantidade de

estabelecimentos econômicos em 2011, pois apresenta 10.275 devidamente registrados no Cadastro de Liberação de Alvarás da Secretaria Municipal de Finanças. Desses, 17,33% na área da indústria, 52,38% no comércio e 29,82% no ramo de prestação de serviços.

No aspecto referente à renda da população residente na área de abrangência da Regional Pinheirinho, segundo a renda per capita dos domicílios particulares, o diagnóstico social afirma que 22.825 famílias sobrevivem com o valor inferior ou igual a 1 salário mínimo e 1.181 não possuem rendimentos. De 1 a 3 salários são 23.282 famílias, e de rendimentos superiores a 3 salários são 4.544 famílias, segundo o senso do IBGE 2010.

Segundo o Relatório Gerencial de Dezembro de 2013 da DIGB, estavam cadastradas 107.158 famílias na base do Cadastro Único em Curitiba, sendo 17.165 da Regional Pinheirinho. O município de Curitiba possui 33.476 famílias beneficiárias das Políticas de Transferência de Renda, Bolsa família e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), dessas, 6.592 recebem o benefício de superação de pobreza, a Ação Brasil Carinhoso. As famílias cadastradas que se encontram em situação de extrema pobreza em toda Curitiba são 18.787, dessas, 16.157 recebiam o benefício de superação de pobreza, a Ação Brasil Carinhoso. A Regional Pinheirinho possui 2.776 famílias em extrema pobreza, com renda per capita até R\$70,00 mensal.

Na regional Pinheirinho, para o atendimento da população, público da Política da Assistência Social, encontramos 15 equipamentos da Proteção Social Básica, 3 de Proteção Social Especial e 4 de Geração de Trabalho e Renda; dentre eles, CRAS, Unidades de Atendimento, CREAS, Liceus de Ofícios, entre outras unidades oficiais e conveniados, totalizando 22 equipamentos (FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL, 2012).

Respondendo ao objetivo *Caracterizar o perfil socioeconômico das famílias beneficiárias do Brasil Carinhoso atendidas no CRAS Pompeia, município de Curitiba*, a pesquisa teve como base a folha de pagamento dos benefícios sociais do MDS do mês de janeiro de 2014. Com base no Relatório Gerencial, em dezembro de 2013, o CRAS Pompeia atendia 298 beneficiários do Brasil Carinhoso. Para a caracterização do perfil socioeconômico, foram pesquisadas 116 famílias encontradas na folha de Pagamento de Benefícios sociais de janeiro de 2014.

Apurou-se, com a pesquisa, que 1 família atualizou o Cadastro Único recentemente no estado de Santa Catarina, 2 famílias têm seus endereços que não pertencem à área de abrangência do CRAS Pompeia, e 5 famílias encontram-se com seus Cadastros Únicos desatualizados há mais de 3 anos, visto que os dados não foram migrados da antiga versão do sistema, e, por isso, encontram-se com campos em branco.

Em janeiro de 2014, o total de beneficiários do BSP do território do CRAS Pompeia era de 116 famílias, sendo 65% chefiadas somente por mulheres, ou seja, família monoparental constituída por mulheres. A pesquisa também apresentou que, das famílias com apenas uma pessoa na composição, 4 são homens e 12 são mulheres que moram sozinhos.

O número de membros de cada família varia de 1 a 7 pessoas, sendo que 54% das famílias são compostas por até 3 pessoas na casa. Apenas 4 famílias apresentaram-se compostas por 7 membros coabitando sob o mesmo teto, desmitificando o preconceito de quanto mais pobres mais filhos, pois, exatamente 30% das famílias, apresentam-se como famílias nucleares (pai, mãe e 1 filho).

## Gráfico 2 – Pessoas por domicílios



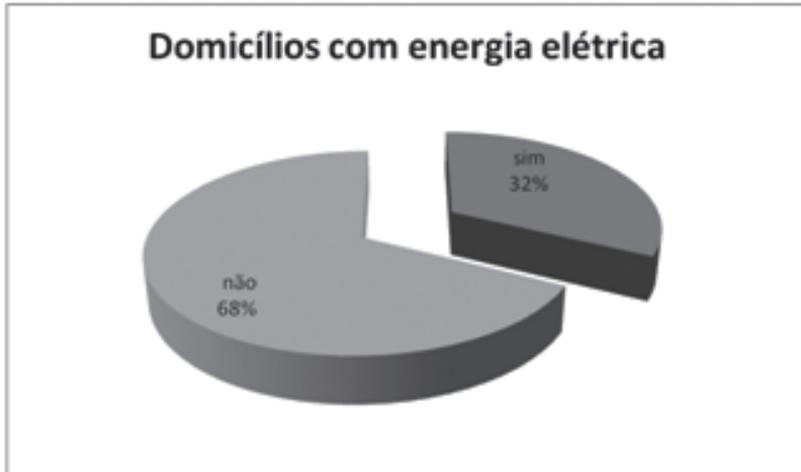
Fonte: BRASIL. MDS. Cadastro Único Governo Federal 2014.

Das famílias pesquisadas, 65% delas vivem em casas de alvenaria, 31% em casas de madeira e 4% não consta esse dado. O número de cômodos na casa varia de 1 a 6, sendo 20% com 3, 25% com 4 e 30% com 5 cômodos. Apenas 8 casas dispõem de 6 cômodos e 1 de 8 cômodos.

117

O saneamento básico, além de ser uma preocupação da saúde pública, também é um dado estatístico que informa as condições das famílias. A pesquisa revelou que 68% dos beneficiários do Brasil Carinho do CRAS Pompeia não pagam luz elétrica, mostrando a grande incidência de ligações clandestinas na região. Diferentemente da distribuição de água tratada, das quais 96% possuem água encanada em suas residências, como se pode observar nos gráficos abaixo.

### Gráfico 3- Domicílios com energia elétrica



Fonte: BRASIL. MDS. Cadastro Único Governo Federal 2014.

118 Quanto ao escoamento do esgoto/banheiro, vê-se uma ampla cobertura na região, de 93% das casas com sistema de esgoto ligado à rede pública, com fossa séptica ou rudimentar. Apenas 7% declarou, no Cadastro Único, que não possui rede de esgoto, desembocando os dejetos em valas a céu aberto; enquanto 2 famílias afirmam não ter banheiro em casa, utilizando-se do sistema de "casinha" ou banheiros comunitários.

Dentre as despesas mensais, pôde-se constatar que 23% das famílias pesquisadas não dispõem de casa própria, que, mesmo estando no recorte de renda inferior a R\$ 70,00, ainda pagam aluguel. Entretanto, o fato de a pesquisa apresentar que 77% não paga aluguel, não significa que esse total possui casa própria, pois a área de abrangência do CRAS Pompeia conta com várias áreas de ocupação irregular, sendo elas: Terra Santa (que está em fase de intervenção e regularização), Beira da Linha do Trem, Fundos do Colégio Beatriz, Rua Roberto Ozório, Becos da Rua Ignez, Vila



Em entrevista com a gestora municipal “A”, que atua na Gestão do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, ela relatou que eliminar “sujeiras”, erros e falhas do sistema é um grande desafio do programa para o município, pois ainda é possível detectar falhas e divergências de sistema, para que as famílias não tenham, além de toda a questão social, uma questão administrativa, uma questão operacional que invalide todo o trabalho. “A” ressalta que essa aferição não é somente para cortar quem não está mais dentro dos critérios, e sim para dar oportunidade de novas famílias começarem a receber. Destaca também que é preciso dar suporte às equipes de trabalho em termos de recursos.

120 “Há muitos desafios na organização e no funcionamento dessa gestão” (*sic*), exclama a “gestora C”, e cita, como os principais, especificamente no CRAS, o desafio de poder ter recursos humanos adequados para aportar a demanda, assim como melhor definição dos serviços e delimitação dos territórios. “C” ainda ressalta que as famílias devem ter uma contrapartida, pois o desejo delas de sair da situação de extrema pobreza é muito importante. A “Gestora B” aponta que o maior desafio é exatamente agregar essas famílias, que participam desse programa, dentro dos serviços, assim como ter uma escuta muito qualificada, um olhar especializado para trabalhar com essas famílias.

Os gestores municipais do Programa Bolsa Família compreendem que essa estratégia de enfrentamento à extrema pobreza, o Brasil Carinhoso, é um importante instrumento para o município. A “gestora A” salienta que o Brasil Carinhoso veio dar um *upgrade*, uma melhoria, visto que despertou os olhares dos gestores para a população da mais extrema pobreza, com isso, começou-se a sinalizar que elas precisariam de uma atenção maior, um olhar mais direcionado para esse grupo de pessoas, que, mesmo com a transferência de renda, não conseguia sair do corte de renda de 70 reais.

A “gestora C” destaca que é uma estratégia interessante, sendo o primeiro passo para a erradicação da extrema pobreza, porém enfatiza que outras ações são igualmente importantes para a efetivação do processo. A “Gestora B” acrescenta que, para o programa surtir maiores avanços, as famílias devem estar diretamente ligadas aos serviços ofertados pelo CRAS, caso contrário esta ação seria puramente assistencialista.

O trabalho integrado com as demais políticas públicas e de direito social foi mencionado pelas três gestoras, salientando a necessidade de trabalharem as prioridades em conjunto. “Você não coloca as pessoas em serviço, se elas não tiverem alimentadas, se elas não tiverem numa residência minimamente digna, se elas não tiverem condições de humanidade, só aí você pode iniciar qualquer ação com essa família” (*sic*), disse a “gestora B”. “C” revela que, para ter mais efetividade, é necessário que a educação, saúde, habitação, alimentação e o próprio orçamento público “precisam conversar e garantir” (*sic*).

121

“O empoderamento passa pelos serviços, os serviços da assistência têm um peso de apoio muito forte, se ele se focar nas famílias em um primeiro momento e no território no momento seguinte” (*sic*), diz a gestora B quando menciona este como benefício trazido pela superação da pobreza, assim como a participação das famílias no processo de afastamento gradual das vulnerabilidades e, portanto, da assistência.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo desvelou a visão dos gestores da Política de Transferência de Renda do Programa Bolsa Família no âmbito municipal acerca das estratégias de enfrentamento à extrema pobreza dos beneficiários do Brasil Carinhoso de Curitiba.

Com base nos resultados, verifica-se que a Ação Brasil Carinhoso coloca as famílias acima da linha da pobreza enquanto permaneceram recebendo o benefício financeiro, possibilitando ao município a focalização dos serviços nessas famílias para o alcance da autonomia e emancipação.

Vale salientar, contudo, que foi unânime a compreensão dos gestores, destacando a importância de um trabalho integrado com as demais políticas públicas para que sejam alcançados os objetivos do Brasil Carinhoso. Sendo considerados não só transferência de renda, mas um conjunto de ações, numa intervenção conjunta de todos os estados e municípios para com o enfrentamento da extrema pobreza no nosso país.

Visto como um alerta para a gestão dos programas sociais, o Brasil Carinhoso, nestes poucos meses da atuação, trouxe novos desafios aos agentes que atuam com o Programa Bolsa Família, como a identificação de famílias em vulnerabilidade, delimitando um público dentro das famílias que já recebiam benefício, melhorando a focalização para a intervenção estatal. Um alerta dizendo: “olhem, foquem nessas famílias, não deixem as outras, mas foquem nessas famílias...” (*sic*), como ressaltou a “gestora A”.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Avaliação de políticas e programas do MDS**: resultados: Bolsa Família e Assistência Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007.

BRASIL. **Fome Zero**. Presidência Federativa do Brasil. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoes>> Acesso em: 31 maio 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**: cidadania e dignidade para milhões de brasileiros. Brasília: MDS, 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/cartilhas/bolsa-familia-cidadania-e-dignidade-para-milhoes-de->

brasileiros/bolsa-familia-cidadania-e-dignidade-para-milhoes-de-brasileiros>. Acesso em: 16 maio 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Brasil Carinhoso**. Brasília: MDS, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/brasil-carinhoso>> Acesso em: 16 maio 2013.

CASTRO, H.C. de Oliveira; WALTER, M. I. Machado; SANTANA, C. M. Bender; STEPHANOU, M. Conceição. Percepções sobre o PBF na sociedade brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, v.15, n.2, nov. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010462762009000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010462762009000200003&script=sci_arttext)> Acesso: 31 maio 2012.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FRIEDMAN, Milton. Relatório Gerencial. Diretoria de Informação e Gestão de Benefícios. **Fundação de Ação Social**. Curitiba: DIGB, 2013.

FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL - FAS. **Diagnóstico Social para vigilância socioassistencial**: O Diagnóstico Social visa obter alguns reflexos da sociedade no território da Regional Pinheirinho. Curitiba: DIGB, 2013. Disponível em: <<http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/Relatorio%20de%20Gestao%202013.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2014.

123

MENTHON, Pierre-Henri de. Renda mínima - Uma ideia da Revolução Francesa. **Revista eletrônica Duetto**, ed. 57, jul. 2008. Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/renda\\_minima\\_imprimir.html](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/renda_minima_imprimir.html)> Acesso em: 31 maio 2012.

POCHMANN, Márcio. **A década dos mitos**. O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

RESENDE, Anne C. C.; OLIVEIRA, Ana M. H. C. Avaliando Resultados de um Programa de Transferência de Renda: o Impacto do Bolsa-Escola sobre os Gastos das Famílias Brasileiras. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 235-265, abr./jun. 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo DI. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Maria Ozanira Silva e (Org.) **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001.

SILVA, Maria Ozanira Silva; (Coord.), LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. **Renda Mínima e Crise Mundial**: saída ou agravamento?. São Paulo: Cortez, 1997.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Da distribuição da renda e dos direitos de cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

VAN PARIJ, Philippe. Capitalismo de renda básica. **Revista Lua Nova**, CEDEC, São Paulo, n. 32, 1996.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **A desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

Recebido: 20/05/2014

Aprovado: 16/06/2014